

<b>Título</b>	<b>No Brasil, o vilão é outro</b>
<b>Veículo</b>	<b>Brasil Econômico</b>
<b>Data</b>	<b>02 Dezembro 2013</b>
<b>Autores</b>	<b>Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig</b>

Segunda-feira, 2 de dezembro, 2013 Brasil Econômico 31

**CLAUDIO SALES e  
ALEXANDRE UHLIG**  
Presidente e Diretor de Desenvolvimento  
Sustentável do Instituto Acende Brasil



## No Brasil, o vilão é outro

**Agora ficará mais fácil nos livrarmos** de alguns mitos e preconceitos porque o Observatório do Clima adotou critérios internacionais para produzir inventários anuais que acompanham as emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEEs) de cinco setores: agropecuária, mudança do uso da terra, processos industriais, resíduos e energia. Passa a ser possível identificar a contribuição anual de cada um dos setores, condição que antes nos faltava e que é indispensável para a formulação de políticas públicas coerentes com dois objetivos.

São eles: reduzir o total de gases de efeito estufa produzidos no Brasil e promover tal redução com o menor custo para a sociedade. A partir dos dados do inventário ficou claro que é necessário manter a prioridade na redução das emissões para o setor “mudança do uso da terra”, que respondeu por 32,1% das emissões totais em 2012, ou volume de 476,5 milhões de toneladas de carbono equivalente (tCO<sub>2e</sub>). Não devem ser poupados esforços ou recursos para combater o desmatamento ilegal, atividade que, além de criminosa e não produzir nenhum benefício econômico ou social, também está gerando um grande passivo ambiental. Este setor é o vilão que deve ser enfrentado.

**As fontes renováveis devem ser uma opção permanente, mas o uso de termelétricas pode ser planejado com serenidade pois, quanto a emissões de gases de efeito estufa no Brasil, o vilão é outro**

Mas priorizar o fim do desmatamento ilegal não basta. Também é necessário bloquear a desinformação na interpretação das emissões dos demais setores. Como exemplo mais dramático de desinformação está a falta de compreensão sobre o que está por trás dos 29,4% do total das emissões brasileiras de gases de efeito estufa em 2012 atribuídos ao setor “Energia”.

A intuição nos levaria a deduzir que tal número viria da geração de energia elétrica (ou, mais especificamente, do acionamento de usinas termelétricas).

Mas a realidade brasileira é muito diferente. Naqueles 29,4% estão incluídos setores não-elétricos como a queima de combustíveis no setor “transportes” (que responde por 13,8% das emissões totais), a energia proveniente da queima de combustíveis para mover as indústrias (6,1%), as refinarias (1,8%) e as residências (1,3%). As emissões na geração de eletricidade correspondem a 3,3% do total.

Portanto, por hipótese absurda, se baníssemos a geração termelétrica no Brasil — geração que livrou o país do desabastecimento de eletricidade em 2012 — teríamos uma redução de 3,3% das emissões totais nacionais.

Excluída a hipótese absurda, uma lupa cuidadosa precisa ser colocada para entender o aumento das emissões nos últimos anos no setor elétrico: a operação mais frequente de usinas termelétricas foi necessária para garantir o abastecimento energético uma vez que, por causa dos regimes hidrológicos menos favoráveis nos dois últimos anos, o despacho de hidrelétricas foi desfavorecido.

A matriz elétrica brasileira é predominantemente renovável. Em 2012, 84,5% do total de energia elétrica foram provenientes de hidrelétricas, usinas a biomassa e eólicas. Mas como essas fontes estão sujeitas a condições climáticas e sazonalidades próprias, é indispensável a chamada “complementação térmica”.

A expansão da oferta de energia elétrica pode agora ser pensada com menos preconceito e desinformação. As fontes renováveis devem ser uma opção permanente, mas o uso de termelétricas pode ser planejado com serenidade porque, em termos de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, o vilão é outro.

Agora ficará mais fácil nos livrarmos de alguns mitos e preconceitos porque o Observatório do Clima adotou critérios internacionais para produzir inventários anuais que acompanham as emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEEs) de cinco setores: agropecuária, mudança do uso da terra, processos industriais, resíduos e energia. Passa a ser possível identificar a contribuição anual de cada um dos setores, condição que antes nos faltava e que é indispensável para a formulação de políticas públicas coerentes com dois objetivos.

São eles: reduzir o total de gases de efeito estufa produzidos no Brasil e promover tal redução com o menor custo para a sociedade. A partir dos dados do inventário ficou claro que é necessário manter a prioridade na redução das emissões para o setor “mudança do uso da terra”, que respondeu por 32,1% das emissões totais em 2012, ou volume de 476,5 milhões de toneladas de carbono equivalente (tCO<sub>2</sub>e). Não devem ser poupados esforços ou recursos para combater o desmatamento ilegal, atividade que, além de criminosa e não produzir nenhum benefício econômico ou social, também está gerando um grande passivo ambiental. Este setor é o vilão que deve ser enfrentado.

Mas priorizar o fim do desmatamento ilegal não basta. Também é necessário bloquear a desinformação na interpretação das emissões dos demais setores. Como exemplo mais dramático de desinformação está a falta de compreensão sobre o que está por trás dos 29,4% do total das emissões brasileiras de gases de efeito estufa em 2012 atribuídos ao setor “Energia”.

A intuição nos levaria a deduzir que tal número viria da geração de energia elétrica (ou, mais especificamente, do acionamento de usinas termelétricas). Mas a realidade brasileira é muito diferente. Naqueles 29,4% estão incluídos setores não-elétricos como a queima de combustíveis no setor “transportes” (que responde por 13,8% das emissões totais), a energia proveniente da queima de combustíveis para mover as indústrias (6,1%), as refinarias (1,8%) e as residências (1,3%). As emissões na geração de eletricidade correspondem a 3,3% do total.

Portanto, por hipótese absurda, se baníssemos a geração termelétrica no Brasil — geração que livrou o país do desabastecimento de eletricidade em 2012 — teríamos uma redução de 3,3% das emissões totais nacionais.

Excluída a hipótese absurda, uma lupa cuidadosa precisa ser colocada para entender o aumento das emissões nos últimos anos no setor elétrico: a operação mais frequente de usinas termelétricas foi necessária para garantir o abastecimento energético uma vez que, por causa dos regimes hidrológicos menos favoráveis nos dois últimos anos, o despacho de hidrelétricas foi desfavorecido.

A matriz elétrica brasileira é predominantemente renovável. Em 2012, 84,5% do total de energia elétrica foram provenientes de hidrelétricas, usinas a biomassa e eólicas. Mas como essas fontes estão sujeitas a condições climáticas e sazonalidades próprias, é indispensável a chamada “complementação térmica”.

A expansão da oferta de energia elétrica pode agora ser pensada com menos preconceito e desinformação. As fontes renováveis devem ser uma opção permanente, mas o uso de termelétricas pode ser planejado com serenidade porque, em termos de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, o vilão é outro

***Claudio J. D. Sales e Alexandre Uhlig, do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))***